

**ATA DA 4ª SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CAJUEIRO – ALAGOAS EM 20 DE MARÇO DE 2019.**

Aos 20 (vinte) dias de Março do ano de 2019 (dois mil e dezenove), às 20 (vinte) horas e 10 (dez) minutos na casa do legislativo José Ribeiro Toledo, reuniram-se em sessão ordinária sob a presidência do vereador **Wellington Nemésio de Lima** os vereadores: **Antônio de Melo da Silva, Antônio Jorge de Melo Júnior, Cícero da Silva, Fabíola Melo Araújo Moura, Emerson de Lemos Ribeiro, José Clésio da Silva, José Jairo Melo Neto, Luis Marques da Silva, Luiz Francisco Dantas e Marcelo Lima Nascimento.** Havendo quorum regimental foi declarada aberta em nome de Deus a presente sessão. Em prosseguimento, o Presidente solicitou à leitura da Ata da sessão anterior, a qual foi pedida dispensa da referida leitura. Logo após, foi solicitada a leitura do **EXPEDIENTE DO DIA:** Projeto de Lei nº 02/2019, que dispõe sobre a autorização da Lei Municipal nº 673/2013 e adota outras providências. Requerimento ao senhor presidente, tendo em vista a solicitação do vereador Júnior Melo, no sentido que poderá realizar a execução da obra do hospital mediante recebimento de autorização escrita, e discutir com a equipe técnica da prefeitura acerca do procedimento a ser adotado, o que se faz necessário uma explanação da Procuradoria Geral do Município, na pessoa do Procurador Carlos Henrique Gomes da Silva. Atenciosamente José Jairo Melo Neto. Dando prosseguimento, o Presidente colocou em votação o referido requerimento, o qual obteve uma abstenção e 08 (oito) votos a favor, assim sendo aprovado o requerimento do vereador Neto Melo. Ato contínuo o Presidente convida o Procurador Dr. Carlos Henrique para maiores esclarecimentos acerca do assunto. Com uso da palavra o Procurador após saudar a todos falou da sua satisfação em está nesta casa e responder especificamente ao vereador Júnior Melo a respeito da possibilidade da execução de uma obra, onde o vereador propôs em executar alguns compartimentos da obra do hospital municipal. Frisou que em virtude da situação financeira não é conveniente negar receitas, mas que é necessário explicar que a obra do hospital passa por um procedimento licitatório, porém diante da demanda solicitada pelo vereador Júnior Melo o executivo estuda a possibilidade de dá andamento na referida obra que se encontra a disposição do governo do estado. Então, Dr. Carlos Henrique colocou-se a disposição para esclarecimentos através da transparência. Em continuidade, o Presidente facultou a palavra aos senhores vereadores acerca do assunto. **José Jairo Melo Neto**, após saudar a todos os presentes explicou que esteve com o executivo para trazer a esta casa uma liberação para que o vereador Júnior Melo pudesse construir a primeira parte do hospital, mas foi orientado pelo jurídico que não seria tão fácil, pois não poderia trazer um documento, uma vez que uma das medidas seria Júnior Melo formalizar um termo de compromisso. Ato contínuo Neto Melo pediu que o Procurador explicasse como poderia ocorrer esse trâmite legalmente. Em resposta, o Procurador disse que é preciso respeitar o projeto e todas as normatizações referentes à obra, que seja justificado a finalidade e disponibilidade orçamentária, mas para que haja compromisso é preciso uma

contrapartida formalizada em sentido de entender quais as necessidades, onde essas necessidades e contrapartida estejam especificadas, que o termo de formalidade especifique a forma de como se pode contribuir na construção do hospital. Com a palavra facultada **Antonio de Melo da Silva**, saudou a mesa vereadores e público presente. Disse que a questão da gestão é jogar com o vereador Júnior, pois nunca viu um fato dessa natureza, onde na verdade se tem no município um gestor irresponsável e um governo do estado pior ainda, pois no ano de 2017, o governador prometeu em construir o hospital com prazo de entrega em dezembro e não aconteceu, onde seu objetivo foi ganhar a eleição, portanto gostaria de saber qual destino dado ao recurso que não foi aplicado no hospital. Em resposta, o procurador Carlos Henrique salientou que o legislativo também teria que ter competência o suficiente para saber onde está o recurso, mas o que acontece é que o repasse do estado não está acontecendo ao município e por isso a obra encontra-se parada. Em parte, Neto Melo diz que assim como o legislativo espera do executivo a construção da obra do hospital o executivo espera do governo do estado. Ato contínuo, Antônio de Melo disse que o pedido do vereador Júnior Melo para construir a primeira parte do hospital é em virtude da sociedade está a mercê de tudo, onde nada funciona no município. E que a briga do vereador Júnior Melo é uma briga de todos os vereadores. **Fabíola Melo Araújo Moura**, após saudar a todos os presentes destacou que o intuito do vereador Neto Melo foi trazer a resposta do vereador Júnior Melo, pois achou importante a presença do procurador para esclarecimentos. A vereadora ressaltou, que desde que o hospital fechou todos os vereadores buscam uma resposta. Salientou, que se for para o hospital funcionar como estava nada adianta, pois deve ser construído com dignidade e responsabilidade para o povo. Por último, indagou como será feita a primeira parte do hospital, e se está liberada para que Júnior Melo possa executar. Em resposta, o Procurador destacou que por ser uma obra pública existem diretrizes e regras que precisam serem respeitadas, portanto para que essa doação aconteça se deve respeitar trâmites legais. **José Clésio da Silva**, com a palavra saudou a mesa, colegas vereadores e ouvintes. O vereador agradeceu a vinda do Procurador a esta casa dizendo que gostaria de saber se caso a doação venha a dar certo quanto seria gasto para primeira parte do hospital, pois a obra já está licitada na casa de 1.300.000,00 (um milhão e trezentos mil reais). E já que o vereador Júnior pretende fazer a primeira parte com doações, que a outra parte do recurso do governado do estado não seja devolvida, mas que seja documentada para compra de equipamentos. José Clésio falou ser solidário ao vereador Júnior Melo o ajudando na medida do possível na construção da obra. O Procurador Dr. Carlos Henrique, ressalta ficar feliz quando consegue explicar questões relevantes, e que o repasse do governo do estado não vem sendo realizado. Que diante de uma dificuldade financeira, na qual o estado vive se pode discutir esse contrato para readequar a necessidade e realidade, haja vista ausência do repasse por parte do estado e apontar uma possibilidade de uma contrapartida que justifique a construção da obra. **Luiz Francisco Dantas**, após saudar a todos os

presentes reportou-se que quando o vereador Júnior Melo lançou a proposta de reformar o hospital citou seu nome e o nome do deputado Bruno Toledo, entretanto gostaria de reafirmar seu compromisso endossando seu apoio ao vereador Júnior Melo. Ao solicitar uma parte, Fabíola Moura disse que a questão é a responsabilidade, pois é preciso saber se Júnior Melo tem realmente fôlego para arcar com o recurso para que não fique mais uma vez uma obra frustrada. A vereadora destacou que o hospital é uma obra pública, onde todos os vereadores estão cobrando todos os dias sua construção, e apesar de não ter condições de assumir um compromisso de construir um hospital estaria disposta em da sua contribuição. Dando prosseguimento, Luiz Dantas falou que o bom seria saber o caminho legal para começar a construção do hospital. Ao pedir uma parte, Júnior Melo disse saber que existe uma complicação, uma vez que a obra foi licitada com recursos garantidos pelo governo do estado, porém o que acontece é que há 02 (dois) anos o hospital está fechado, portanto se permitirem ele construirá a primeira parte do hospital. Ao solicitar uma parte o vereador Neto Melo informou que fez o convite ao procurador para que dúvidas fossem esclarecidas, mas que também será solidário dando sua contribuição para construção da primeira parte do hospital. Ato contínuo o Procurador informou que uma sociedade se faz de uma sociedade civil, legislativo, judiciário e executivo, portanto são poderes que precisam atuar de forma conjunta, pois é preciso que pressionem para que o recurso do governo seja enviado ao município. **Antônio Jorge de Melo Júnior**, após saudar a todos os presentes pediu que toda explicação feita pelo Procurador fosse feita também por escrito. O vereador disse que já ouviu falar da competência do Procurador, e que as explicações são necessárias, mas lamenta que o mesmo terá muito trabalho pelo fato de existe um cronograma que começa de cima para baixo feito pelo prefeito, uma vez que o prefeito e secretários tem dificuldades para responder requerimentos. Júnior Melo reportou-se que quando o hospital foi fechado alegaram que foi por falta de estrutura física, sendo interdito, porém nunca chegou qualquer tipo de laudo técnico para esta casa, desde então, diversas promessas foram feitas para reforma do hospital, e que até o momento não foram cumpridas. Assim sendo, e tendo em vista a inércia, ou seja, a falta de execução do executivo em não fazer nada, faz com que muitas vezes o vereador tenha certo tipo de atitude em querer fazer, pois o prefeito fechou o hospital por irresponsabilidade e com isso vidas foram decepidas. Em ocasião, Júnior Melo falou que não tem interesse em dizer que irá fazer a reforma do hospital, mas o que é superior é dizer que o hospital precisa ser reaberto, e para isso propõe seu sacrifício em fazer a primeira parte do hospital, pois caso seja autorizado e houver um documento dizendo quais as obrigações das partes, ele fará. O vereador explicou que esse não pode ser um projeto do vereador Júnior Melo, e sim, de todo o povo cajueirense. Informou ainda, que além da população está desassistida por falta do hospital ouviu dizer que mais duas unidades de saúde serão fechadas no município. Em continuidade, Júnior Melo disse que era contra que o Procurador viesse nesta casa se pronunciar sem que antes fosse

enviada uma explicação por escrito para que o tema fosse debatido, mas para não ser taxado de covarde aprovou o requerimento do vereador Neto Melo, onde deixou de ter uma sessão ordinária para tratar do tema do vereador Neto Melo de forma impropícia. Em parte, Antônio de Melo disse que é muito triste viver em uma gestão de mentiras, pois gostaria que o prefeito sentasse na cadeira e realmente fosse administrar. Em prosseguimento, Júnior Melo concluiu pedindo autorização ao Senhor Presidente da casa para que o jurídico da casa fizesse um requerimento, onde possa assinar seu pedido oficialmente para que possa adiantar a reforma da primeira parte do hospital. O Procurador Dr. Carlos Henrique destacou que para que possa executar esse contrato é preciso viabilizar através da contratação uma discussão financeira orçamentária. Disse ainda, que o parecer jurídico será entregue por escrito a todos os vereadores. E que estaria deixando nesta casa o projeto básico da obra. No uso da Palavra, o vereador José Clésio indaga ao Procurador qual forma legal de pressionar o governador do estado fazer valer sua promessa em construir o hospital. Em resposta, o Procurador informou que como Procurador do município cabe orientar e discutir, mas existem notas notificatórias e possibilidades de discussões internas, que são questões que assessoria da câmara tem competência em fazer. Em parte, Antônio de Melo ressaltou que diante da competência do Procurador Dr. Carlos Henrique se possível o mesmo pudesse fazer um estudo em relação ao FAPEN. O Procurador informou que desde que assumiu a procuradoria do município percebeu uma disposição e preocupação do executivo no sentido de organizar. Que assumiu a pasta em pouco tempo e não está inteirado em todos os problemas nem nas demandas do município, mas assim como o executivo estaria a disposição para tentar discutir a situação, pois é preciso levantar dados e encontrar medidas conjuntas, portanto não perderá a oportunidade de sentar com o chefe do executivo para levantar dados e conseguir da essa resposta o mais rápido possível. **Fabíola Melo Araújo Moura**, em considerações disse que a presença do Procurador foi de fundamental importância, onde é notória a interação do mesmo aos assuntos. Por fim, destacou que todos os vereadores estão nesta casa para servir e levantar uma única bandeira que é a do povo. **Emerson de Lemos Ribeiro** fez uso da palavra saudando a todos. O vereador explicou que ouviu atentamente todos os vereadores, e logo parabenizou o vereador Júnior Melo pela atitude em querer fazer a primeira parte do hospital, mas salientou ficar preocupado com tal gesto, uma vez que o secretário de saúde do estado se comprometeu em retomar a construção do hospital. Disse ainda, que é preciso paciência, tendo em vista que existe uma empresa que já foi licitada, pois não é fácil ter na cidade um hospital fechado, portanto é preciso que todos estejam unidos para que essa obra venha acontecer. O vereador Júnior Melo agradeceu a solidariedade dos colegas vereadores e pediu ao Procurador que toda informação também fosse feita por escrito. Ao agradecer a presença do Procurador, Júnior Melo disse esperar contar com o mesmo nas respostas de seus requerimentos, pois já está trabalhando na judicialização de requerimentos não respondidos. Que não pode participar de uma saúde que não tem

remédios de um hospital fechado, ruas sujas e sem iluminação pública, usuários do CAPS sem psiquiatra, sendo que chegam mensalmente no CAPS 33.500,00 (trinta e três mil e quinhentos reais) escolas em que os alunos dividem carteiras, onde em 2017, entrou 16.000.000,00 (dezesesseis milhões de reais) e em 2018, quase 22.000.000,00 (vinte e dois milhões) do FUNDEB. Concluiu dizendo que com seus requerimentos permitiu ao governo do município a oportunidade de defesa, porém nunca foi respondido. E espera que com a competência e disposição que o Procurador respondeu ao requerimento do vereador Neto Melo também possa responder aos seus. Com a palavra facultada o vereador José Clésio falou da sua satisfação com a presença do Procurador e seguiu dizendo que tudo dito pelo vereador Júnior Melo é verdade, pois é preciso que dentro da Lei as ações façam valer o direito do povo. Em ensejo, O Presidente da casa reforçou o convite do Procurador da Justiça para que os vereadores estejam presente próxima sexta-feira dia 22 de março, às 11h na fazenda poço grande localizada na zona rural. Por fim, o Procurador Dr. Carlos Henrique em suas considerações disse ficar satisfeito e agradeceu a receptividade de todos, pois foi satisfatório discutir as demandas sem discussões desnecessárias e que na condição de Procurador está à disposição de quaisquer esclarecimentos dando respostas a sociedade a altura que ela merece. O Presidente Welington Nemésio de Lima agradeceu a presença do Procurador dizendo que o debate foi salutar. Nada mais havendo a tratar encerrou a presente sessão convidando a todos para próxima em horário regimental. A presente ata foi lavrada por Mônica Maria Toledo de Oliveira, que após lida e aprovada vai por ela, pelo presidente e demais membros da mesa assinada.

Cajueiro-Alagoas, 20 de março de 2019.

Redatora de atas: *Mônica Maria Toledo de Oliveira*

Presidente: *Welington Nemésio de Lima*

Vice-presidente: *[Assinatura]*

1º Secretário: